

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 4/2023, em que é recorrente **Celestino Gomes Semedo e Outros**, e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 72/2023

(Autos de Amparo 4/2023, Celestino Gomes Semedo; Edmar Jorge dos Santos e Patrick Semedo Lopes v. TRS, Inadmissão por Intempestividade de Colocação de Peça de Aperfeiçoamento)

I. Relatório

1. Os Senhores Celestino Gomes Semedo; Edmar Jorge dos Santos e Patrick Semedo Lopes interpuseram recurso de amparo contra o *Acórdão TRS 04/2023, de 6 de janeiro*, que “julgou improcedente recurso interposto sobre a declaração de especial complexidade” sem audição prévia dos recorrentes, pelas seguintes razões:

1.1. De facto, na medida em que:

1.1.1. Indiciados pela prática de crimes vários, foi-lhes aplicada medida de coação de prisão preventiva, da qual recorreram para o TRS;

1.1.2. Três meses depois, o MP promoveu a declaração de especial complexidade do processo, da qual os recorrentes não foram notificados diretamente, o que “motivou o mandatário dos recorrentes a pedir que o tribunal recorrido” suprisse essa omissão, porém, “sem efeito”;

1.1.3. Sendo surpreendidos com a declaração de especial complexidade no dia 10 de outubro de 2022, antes de se pronunciarem sobre a promoção do MP, posto que tendo sido notificados no dia 30 de setembro, teriam até o dia 10 de outubro para o fazer.

1.1.4. Isso demonstraria que o órgão judicial recorrido não teve sequer o cuidado de atentar aos prazos, já que, caindo o termo do prazo num sábado, tinham, nos termos do artigo 136, nº 3, do CPP, até a segunda-feira seguinte, dia 10, para o fazerem;

1.1.5. Acrescendo que “os recorrentes não foram notificados da promoção do MP, nem muito menos ouvido[s] antes do 1º [J]uízo-[C]rime” ter proferido o despacho, pelas mesmas razões, o que demonstraria que “o tribunal recorrido tinha um prejuízo formado” e sequer “esperou o prazo concedido aos mandatários para [se] pronunciarem sobre a promoção do MP”;

1.1.6. Tendo recorrido dessa decisão, o TRS confirmou-a, mantendo os recorrentes detidos e privados dos seus direitos fundamentais, contrariamente ao que consideram entender a doutrina e o Tribunal Constitucional.

1.2. E de direito, que:

1.2.1. Essa conduta violaria os artigos 7, al. b), 17, nº1, 18, 29 e 30, todos da CRCV;

1.2.2. “A omissão de audiência prévia do arguido conduz a uma mera irregularidade, quando a lei sanciona como nulidade insanável é extravasar todos os limites de razoabilidade que é de esperar de um tribunal que se encontra repleto de magistrados com largos anos de experiência”, além de contarem de forma equivocada o prazo;

1.2.3. Essa interpretação violaria os direitos fundamentais dos recorrentes, sendo “ilegal, arbitrária e inconstitucional”, posto que “nos termos dos artigos 150, 151 al. c), todos do CPP, constitui nulidade insanável”.

1.3. Como esta Corte já teria admitido “um recurso de amparo sobre a mesma matéria”, remete para os “nossos fundamentos desenvolvidos” nos *Acórdãos nº 8/2022, de 4 de março e 38/2022, de 12 de agosto*.

1.3.1. Esses mesmos fundamentos teriam sido apresentados ao órgão recorrido;

1.3.2. Mas, este, perdendo a oportunidade de repor a legalidade e fazer a justiça, ao julgar improcedente o recurso que interpuseram, deixaram-nos sem outra alternativa a não ser se socorrerem do presente amparo constitucional por violação das garantias ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e o direito a um processo justo e equitativo.

1.4. Nas conclusões retomam esse arrazoado e precisam que:

1.4.1. “Os recorrentes não foram notificados diretamente da promoção do MP, nem muito menos ouvidos antes do mmo. juiz do tribunal recorrido ter proferido” o despacho de declaração de especial complexidade do processo, mantendo-os privados da sua liberdade;

1.4.2. “Entendemos que antes de ter sido declarado especial complexidade, deveria notificar[-se] os recorrentes da promoção do MP, ou seja, conceder-lhe[s] a possibilidade de exercer o contraditório, isto, mediante audiência prévia e só depois proferir o despacho, o que não é o caso dos autos, porque neste caso o despacho foi proferido no prazo dos recorrentes”;

1.4.3. “O entendimento do tribunal recorrido de que tal omissão constitui uma mera irregularidade é uma interpretação ilegal, arbitrári[a] e inconstitucional”, pois o “tribunal recorrido é de entendimento que não é necessário [realizar?] audiência prévia antes de ser proferido despacho que” seja desfavorável aos recorrentes. “E nos termos dos artigos 150 e 151 al. d) do CPP constitui nulidade insanável, daí que a tese defendida pelo tribunal recorrido não mere[ça] prosperar por ser lesiv[a] [d]os direitos fundamentais do recorrente”;

1.4.4. Reiterando tratar-se de decisão ilegal, arbitrária e que deve ser alterada por outra que atenda aos fundamentos apresentados e repare os direitos fundamentais dos recorrentes, devendo ser declarada nula e de nenhum efeito o despacho que terá declarado especial complexidade nos presentes autos.

1.5. Pedem que o recurso seja:

1.5.1. Admitido;

1.5.2. Julgado procedente “e, conseqüentemente, revogado o [A]cordão nº 4/2023 datado de 05/01/2023 do Tribunal da Relação de Sotavento, com as legais conseqüências”; e que

1.5.3. Sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais; e

1.5.4. Oficiado o TRS para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo ordinário nº 305/2022.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os recorrentes suscitam a violação de direitos amparáveis e estão providos de legitimidade por serem pessoas direta, atual e efetivamente afetadas pela decisão que não atendeu às suas pretensões, porém devem ser convidados a juntar procuração nos autos, na medida em que a petição foi assinada por advogado que não juntou qualquer procuração, certificando o mandato;

2.2. Na medida em que a decisão proferida pelo TRS seria irrecurável nos termos do artigo 437, nº 1, al. j), do CPP, encontrar-se-iam esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias e a violação terá sido expressa e formalmente invocada no processo logo que os ofendidos tiveram conhecimento e requereram a sua reparação;

2.3. O recurso mostrar-se-ia igualmente tempestivo, posto que a decisão impugnada é de 6 de janeiro de 2023 e o recurso deu entrada no TC no dia 27 de janeiro, portanto, no seu entender, dentro do prazo estabelecido pela lei.

2.4. Assim, “face aos fundamentos aduzidos” considera que “presente recurso deve ser admitido por estar provido de todos os pressupostos de admissibilidade, sem prejuízo de, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo, serem os recorrentes convidados a regularizarem o mandato”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 17 de fevereiro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC. Depois de apreciada a conformidade formal e material da peça ficou prejudicada a análise de admissibilidade, lavrando-se no *Acórdão 15/2023, de 28 de fevereiro*, ainda não-publicado, a necessidade de aperfeiçoamento da petição em razão da sua obscuridade.

3.1. No essencial, decidiu-se, ao abrigo do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* “determinar a notificação dos recorrentes para suprirem as deficiências indicadas, identificando de forma precisa, concisa e segmentada a(s) conduta(s) que pretendem ver sindicadas”;

3.2. Disso foram notificados os recorrentes no dia 1 de março, às 15:30, conforme consta da f. 43 dos Autos;

3.3. No dia 6 de março, os recorrentes submeteram – também por via eletrônica – a peça de f. 49 intitulada “aperfeiçoamento do recurso”.

4. Marcada sessão de julgamento para o dia 9 de março, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Conforme consta do relatório, o recurso foi objeto de uma decisão de aperfeiçoamento, determinando-se que os recorrentes suprissem deficiências da petição que impediam o Tribunal Constitucional de determinar as condutas que pretendiam impugnar e, logo, o objeto do recurso, condições sem as quais o processo, por motivos evidentes, não poderia avançar para os seus ulteriores trâmites;

2. Antes de se prosseguir, é necessário apreciar questão prévia de se saber se a peça de f. 49 pode ser admitida e conseqüentemente se o presente recurso de amparo pode ser conhecido.

2.1. Pela razão de que a admissibilidade das peças de aperfeiçoamento e a conseqüente possibilidade de a instância prosseguir estão sujeitas a um pressuposto

temporal claramente fixado pelo artigo 17, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* segundo o qual “[n]a falta, insuficiência ou obscuridade dos fundamentos de facto ou de direito, será o recorrente notificado para suprir as deficiências, no prazo de dois dias”. O regime também é integrado pelo artigo 16, alínea b), que dispõe que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e pelo número 2 da mesma disposição que reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”.

2.2. Ora, no caso concreto,

2.2.1. Os recorrentes foram notificados do *Acórdão 15/2023, de 28 de fevereiro*, que lhes concedeu oportunidade de aperfeiçoamento no dia 1 de março às 15:41, como deflui da f. 43 dos Autos;

2.2.2. A peça de aperfeiçoamento deu entrada no dia 6 de março às 16:49.

2.2.3. Os recorrentes tinham dois dias para protocolar a sua peça de aperfeiçoamento sob pena de não-admissão do recurso, o que significa que a mesmo poderia ter dado entrada até ao fim do dia 3 de março, caso submetida através do correio eletrónico. Não a enviaram neste dia. Vieram a fazê-lo três dias depois do termo do prazo, sem apresentar qualquer razão justificativa ou impedimento justo que tenha obstado a sua submissão tempestiva e que pudesse ser atendível pelo Tribunal Constitucional.

2.2.4. Num momento em que, inclusive, o JCP já tinha marcado sessão para apreciar se o recurso podia ser admitido.

2.2.5. Portanto, só se pode ter o aperfeiçoamento por intempestivo, desencadeando as consequências legais do artigo 16, alínea b), e artigo 16, parágrafo segundo, conducentes à inadmissão do recurso.

2.3. Neste sentido, o recurso não é admitido por não aperfeiçoamento tempestivo de obscuridade de que o mesmo padecia.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 09 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 09 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges